

CAE propõe mecanismo para reduzir endividamento público

Estados e municípios deverão apresentar, junto com pedidos de crédito, certidão atestando que destinaram ao pagamento de dívidas públicas pelo menos 75% da receita que obtiveram com privatização de suas empresas



Geraldo Melo, Antonio Carlos e Agaciel Maia na abertura da mostra

Estados e municípios deverão destinar ao pagamento das respectivas dívidas o mínimo de 75% da receita que obtiverem com a privatização de suas empresas. Esta pelo menos deverá ser a condição prevista para eles obterem autorização do Senado às operações de crédito, caso seja acolhido projeto da Comissão de Assuntos Econômicos. O projeto visa reduzir o endividamento público, cujo crescimento preocupa os senadores. Ontem, o plenário voltou a discutir as medidas adotadas pelo governo em busca do ajuste fiscal. **Páginas 2 e 4**

Mostra conta a história da instituição

A exposição permanente sobre a história do Senado, do Império à República, foi aberta ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Participaram também o vice-presidente do Senado, Geraldo Melo, e o diretor-geral Agaciel Maia. **Página 2**

Valmir recebe homenagens do plenário na despedida

O senador Valmir Campelo renunciou ontem ao seu mandato para tomar posse, hoje, como ministro do Tribunal de Contas da União. Na despedida, vários senadores prestaram homenagem ao novo ministro, lembrando a

sua trajetória política. Em discurso no plenário, Valmir lembrou que o TCU, como órgão auxiliar do Congresso, é instrumento inestimável para o cumprimento da missão de fiscalizar os demais Poderes. **Página 3**



O plenário ouve o discurso de despedida de Valmir Campelo

Senado marca sessões para fim de semana

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que a Casa realizará sessões deliberativas nos dias 21, sexta-feira; 22, sábado; 23, domingo; e 24, segunda-feira. Antonio Carlos também pediu aos senadores da Comissão Temporária do Código Civil que compareçam à reunião de hoje, às 11h, quando será votado o parecer final do senador Josaphat Marinho (PFL-BA). A reunião será realizada na sala da CCJ.

CAS vai debater clonagem

PÁGINA 6

CAE propõe novas exigências na aprovação de empréstimos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) apresentou à Mesa projeto de resolução estabelecendo que os pedidos de autorização para realização de operações de crédito de estados, municípios e suas autarquias e do DF deverão ser instruídos de certidão atestando a destinação de no mínimo 75% de sua receita com a privatização de entidades da administração indireta, ao pagamento de amortização, juros e encargos das dívidas públicas e precatórios.

Os senadores da comissão argumentam, na

justificação do projeto, que o endividamento das unidades federadas vem sendo alvo das preocupações da União, uma vez que o alto nível de comprometimento das receitas desses entes interfere não só na autonomia das partes, mas também na soberania da Federação. "Com essa inquietação, o Senado há por bem de oferecer sua contribuição à tarefa de redução do endividamento das unidades que representa no Poder Legislativo nacional."

A proposição é uma extensão do artigo de resolução do Senado dispon-

do sobre as operações de crédito interno e externo dos estados e municípios, que atualmente exige que os pedidos de autorização venham instruídos de certidões comprovando estar o projeto incluído nas leis do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, de balancetes mensais e de parecer do Banco Central quanto ao seu impacto monetário e cambial.

Caberá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) apreciar o projeto, em caráter terminativo.



Melo e Antonio Carlos visitam a mostra no "Túnel do Tempo"

Antonio Carlos abre mostra sobre história do Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem, ao inaugurar a exposição permanente *O Senado Brasileiro - do Império à República*, que a Casa, "no Império e na República, ontem e hoje, nunca deixou de cumprir o seu papel". Participou da abertura o vice-presidente da Casa, senador Geraldo Melo.

A mostra está em exibição no "Túnel do Tempo" (localizado entre o edifício principal e o anexo II do Senado).

A exposição merece os aplausos da nação pelo seu didatismo ao contar a história do Senado. Ela estimula os senadores, ao conhecer o passado dessa instituição, a honrar sua atuação parlamentar no presente e a continuar trabalhando pelo Brasil. A competência dessa mostra apaga qualquer falha de algum outro evento desta Casa que não tenha correspondido à expectativa da

opinião pública - frisou Antonio Carlos Magalhães.

A diretora de Informação e Documentação, Maria Helena Ferreira, afirmou que o maior significado da exposição é a possibilidade de aprender as lições do passado para a vivência no presente, além da construção de um futuro melhor. "Ao percorrer as estações da mostra, não deixamos de embarcar em um trem que revisita o passado", assinalou.

A exposição é composta de fotos, documentos e pinturas que retratam a atuação do Senado desde 1826 até os dias atuais. Por meio dela, é possível conhecer a história da criação do Senado e sua participação em todos os momentos históricos do Brasil no Império e na República.

Vários órgãos da Casa ajudaram na elaboração da mostra.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Solenidade de posse do senador Valmir Campelo no TCU. Plenário do Tribunal
15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal
17h30 - Recebe o sr. Fernando Catão, secretário especial de Políticas Regionais

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado
Pauta: Primeiro dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 25/97, que prorroga o Fundo de Estabilização Fiscal - FEF; primeiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 63/95, altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho, e discussão em turno único do "PLC nº 13/97, revoga o art. 27 do Decreto-Lei nº 3.688/41 - Lei das Contravenções Penais (previsão de futuro e práticas semelhantes)

COMISSÕES

10h - Comissão de Educação
Pauta: Apreciação de diversas matérias, entre elas, os destaques ao "PLC nº 14/96, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual da programa de computador e sua comercialização no país; "PLS nº 54/97, dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio; "PLS nº 263/95, dispõe sobre a educação à distância; e "PLS nº 110/95, cria, nas entidades titulares de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, serviço de atendimento ao público. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Audiência pública para instrução do "PLS nº 93/93, que proíbe a exclusão de cobertura de despesas com tratamento de determinadas doenças em contratos que assegurem atendimento médico-hospitalar pelas empresas privadas de seguro-saúde ou semelhantes (regulamentação dos planos de saúde)
Expositores convidado: dr. Antonio Celso Nunes Nacif, presidente da AMB - Associação Médica Brasileira; dr. Roberto Cury, presidente da Abrasp - Associação Brasileira de Serviços de Assistência à Saúde Própria e de Empresas; dra. Marianna Lazanne, Idoc - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; dr. Ricardo Pires de Melo - Representante da Susep - Superintendência de Seguros Privados; e dr. Bolívar Moura Rocha, secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão Temporária do Código Civil
Pauta: Apreciação e votação do parecer final do relator. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Ata da 13ª Reunião Ordinária, em 4.11.97; Requerimentos do senador Eramendes Amorim e do deputado Sérgio Miranda; contas do governo federal referentes a 1996 (relator: senador Jefferson Péres); e Projetos de lei de créditos adicionais. Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados

11h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Emenda da Câmara dos Deputados oferecida ao "PLS nº 146/92, que dispõe sobre a inclusão do Vale do Jequitinhonha do estado de Minas Gerais na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene; "Ofício "S" nº 88/97, do presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação do governo do estado do Piauí de autorização para contratar operação de crédito consubstanciada nos termos de cessão de crédito, confissão e novação de dívida e outras avenças; e "Ofício "S" nº 94/97, solicitação do governo do estado do Ceará para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao BID, no valor de US\$ 115.000.000,00, destinados à execução do Programa Rodoviário do Estado do Ceará.
Pauta extra: diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 7/97, que dispõe sobre o Transporte Multimodal de Cargas; "PLS nº 153/96, acrescenta incisos ao art. 19 da Lei nº 8.629/93, que incluem ex-proprietários de áreas alienadas para fins de pagamento de débitos originados de operação de crédito rural na ordem preferencial de distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária; "PLS nº 292/95, dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações; e "PLS nº 73/97, proíbe a contratação, pela União, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, de pessoas físicas ou jurídicas que tenham cometido atos de omissão favoráveis a regime ou ações de discriminação racial, crimes contra a ordem econômica ou tributária, atos que visem ou possam levar à formação do monopólio ou à eliminação da concorrência e dano ambiental não reparado. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Após Ordem do Dia - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: Emendas de Plenário de nºs. 01 a 08 ao "PLC nº 45/97, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

10h - Comemoração do Jubileu de Prata do Prodasen. Pátio central
18h - Projeto Quintas Culturais: o senador Ney Suassuna apresenta "Causos Políticos". Biblioteca do Senado

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Despedida de Valmir Campelo, que assume hoje como ministro do Tribunal de Contas da União, foi repleta de discursos emocionados, nos quais a tônica foi seu caráter reto e seu comportamento exemplar, segundo os senadores

Valmir: "Deixo o Senado, mas não a vida pública"

"Deixo esta Casa, onde tanto aprendi e tantas amizades fiz e a que me sinto ligado por poderosos e indestrutíveis laços afetivos, mas não deixo a vida pública". Assim o senador Valmir Campelo (PTB-DF) despediu-se ontem do Senado, véspera da posse como ministro do Tribunal de Contas da União.

- Não trarei a confiança que os senadores e deputados distinguiram-me com essa nomeação e me empenharei com todas as minhas forças para honrá-la. O TCU, como órgão assessor do Congresso Nacional, é instrumento inestimável para o cumprimento da missão parlamentar de fiscalizar os



Valmir destacou o papel do TCU como órgão assessor do Congresso Nacional

demais Poderes da República - disse.

Valmir fez um histórico da sua trajetória de vida, desde a infância, "humilde e sofrida como a maioria da população brasileira", em Crateús (CE).

No início da década de 60, apostando no sonho de JK, veio para Brasília.

- Se devo ao Nordeste, particularmente ao meu querido Ceará, a capacidade de luta, a tempera e a resistência di-

ante das adversidades, devo a Brasília tudo o que conquistei na vida pública - frisou.

O senador lembrou que se formou em Jornalismo pela Universidade de Brasília e depois foi administrador de três

cidades-satélites: Brasília, de 71 a 73, Gama, de 74 a 81, e Taguatinga, de 81 a 85, ano em que foi o deputado federal mais votado do Distrito Federal na primeira eleição da capital federal.

Valmir destacou ainda que, em 1990, foi eleito senador, tendo participado de duas CPIs que entraram para a História do país: a CPI do PC, em 92, que resultou no impeachment do ex-presidente Fernando Collor, e a CPI do Orçamento, em 93, que resultou na cassação de diversos parlamentares. Em 94, candidatou-se ao governo do Distrito Federal, e, embora tenha ganho no primeiro turno, foi derrotado no segundo turno.

Senadores relembram trajetória na administração pública

Em aparte, o senador José Eduardo Vieira (PTB-PR) disse que a trajetória de Valmir Campelo fez dele um grande conhecedor da administração pública, "com a qual sua personalidade ilibada mantém profundo comprometimento de honradez e eficácia".

Jáder Barbalho (PMDB-PA) salientou que Valmir leva "uma bagagem fantástica" para o TCU em razão dos conhecimentos sobre o serviço público.

Hugo Napoleão (PFL-PI) destacou, em nome do partido, a conduta pública de Valmir, assinalando que "o Senado perde um grande senador, mas o Brasil ganha um grande ministro".

Bernardo Cabral (PFL-AM) lembrou que Valmir foi o deputado federal mais votado no país e destacou a sua atuação como constituinte. Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que ele repetiu a "saga do nordestino", vindo de Crateús para vencer em Brasília.

José Roberto Arruda (PSDB-DF) destacou a amizade pessoal que tem com Valmir e a atuação dele em várias administrações de ci-

dades-satélites do Distrito Federal, e lembrou a dedicação e assiduidade de Valmir aos trabalhos da Constituinte.

Epitácio Cafeteira (PPB-MA) lembrou a assiduidade de Valmir às sessões plenárias, fossem elas deliberativas ou não.

Elcio Alvares (PFL-ES) elogiou o caráter, o companheirismo e a humildade de Valmir Campelo, prevendo uma atuação brilhante no TCU.

Romeu Tuma (PFL-SP), destacando a dignidade com que Valmir sempre se houve no trato com a coisa pública, disse que ele lutará, no tribunal, contra a corrupção.

Sérgio Machado (PSDB-CE) lembrou que a cidade de

Crateús têm três senadores, "e todos os cearenses estão orgulhosos da indicação de Valmir para o TCU".

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) ressaltou a atuação política de Valmir, "voltada para os interesses do país".

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) falou sobre a honradez do novo ministro, assinalando que "após todos os cargos que já assumiu, Valmir continua um homem pobre".

Ramez Tebet (PMDB-MS) e Gilvam Borges (PMDB-AP) observaram que a despedida de Valmir talvez tenha obtido a maior unanimidade já registrada no plenário, fato também notado por Pedro Si-

mon (PMDB-RS) e Júlio Campos (PFL-MT).

Carlos Wilson (PSDB-PE) disse que Valmir substituirá um dos mais talentosos ministros do TCU, Paulo Afonso Martins, "circunstância que honra o TCU e o ministro". Na opinião de José Agripino (PFL-RN), a escolha de Valmir para o tribunal foi das mais acertadas, como reiteraram José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) e Fernando Bezerra (PMDB-RN).

Os senadores Geraldo Melo (PSDB-RN), Bello Parga (PFL-MA), Esperidião Amin (PPB-SC), Osmar Dias (PSDB-PR), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Regina As-

sumção (PTB-MG) agradeceram a Valmir o privilégio do companheirismo que dele puderam desfrutar. Leomar Quintanilha (PPB-TO) disse que Valmir foi o quarto senador por Tocantins.

Lúcio Coelho (PSDB-MS), Levy Dias (PPB-MS), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e José Eduardo Dutra (PT-SE) falaram da humildade e urbanidade do novo ministro do TCU, características que, no entendimento de João Rocha (PFL-TO), o teriam levado a valorizar o exercício das funções e cargos que assumiu na vida pública. "A humildade é o orgulho dos homens públicos", frisou Francolino Pereira (PFL-MG).

Vários senadores também explicitaram as expectativas que alimentam em relação ao papel que Valmir poderá cumprir no TCU.

Os senadores Beni Veras (PSDB-CE) e Edison Lobão (PFL-MA) parabenizaram Valmir Campelo pela indicação, enquanto Gilberto Miranda (PFL-AM) salientou que, todos os elogios feitos e somados, foram pouco perto do que o senador homenageado representa como homem público.

O difícil momento da despedida

Após seu pronunciamento de despedida do Senado e os inúmeros apertados recebidos, o senador Valmir Campelo comunicou, com voz embargada, que renunciava ao mandato de senador para exercer o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), conforme indicação referendada pelos plenários do Senado e da Câmara dos

Deputados.

- Este é um dos momentos mais difíceis de minha vida - registrou.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, frisou que a expressiva aprovação recebida por Valmir no plenário "é o maior atestado da instituição", sendo que todas as homenagens feitas pelos senadores foram totalmente justas e merecidas. Em

nome da Mesa do Senado, Antonio Carlos disse lamentar a perda do convívio com o novo ministro.

Como presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães desejou que Valmir Campelo "seja um servidor eficiente, competente, e faça com que o TCU entenda que o Congresso Nacional se sobrepõe a esse poder, de que é auxiliar".

Para Suplicy, pacote só vai piorar a situação

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez ontem uma "análise com mais calma" do pacote anunciado pelo governo segunda-feira e concluiu que, no final, as contas públicas do governo poderão piorar. A seu ver, o raciocínio é simples:

- A desaceleração da economia tende a reduzir o déficit da balança comercial e do balanço de pagamentos em conta corrente. Mas os efeitos do choque de juros sobre o déficit público são negativos, porque a queda da atividade econômica reduz a receita de impostos. Além de queda nos impostos, há aumento pesado nos gastos de juros com a dívida pública.

Apesar de reconhecer a necessidade de ajuste das contas do governo, Suplicy disse que,



Suplicy: análise com mais calma

Bresser será chamado a explicar demissões

Suplicy também apresentou ontem requerimento para que o ministro da Administração, Bresser Pereira, informe o número de funcionários não estáveis da administração pública federal. Ele quer essa informação por órgão, categoria funcional, tipo de atividade e se é atividade-meio ou fim.

O senador quer saber também como serão equacionadas as demissões dos 33 mil servidores não estáveis anunciadas no pacote. E mais: como serão demitidos com seletividade funcionários não estáveis e quais os critérios da seleção.

Exibindo dados do governo, o senador argumentou que há cerca de 53 mil funcionários não estáveis, daí por que o

em vez de aumentar em 10% as alíquotas do Imposto de Renda de todos os contribuintes, o governo deveria elevar apenas as alíquotas para quem tem rendas elevadas, sugeriu.

Outra proposta sua é a aprovação da lei que regulamenta a cobrança de imposto sobre grandes fortunas, previsto na Constituição. O fortalecimento da cobrança do Imposto Territorial Rural seria outra medida mais justa, conforme o senador.

As decisões relativas ao funcionalismo público foram apontadas por Suplicy como "contraproducentes". Para ele, o governo não terá condições de ser "seletivo", como anunciou, na demissão dos 33 mil servidores não estáveis. Além disso, acentuou, não é verdade que exista excesso de servidores federais. "Para impressionar os mercados financeiros, o governo pode estar sendo levado a adotar medidas não só injustas, mas prejudiciais ao funcionamento da máquina pública", disse.

Depois de criticar a falta de medidas contra o desemprego, "que tende a se agravar", Suplicy alertou que "o risco de recessão é alto". Assim, "a renda nacional, que já é das mais concentradas do mundo, tenderá a se concentrar mais ainda".

que se pretende "é desempregar dois terços desse contingente".

Conforme Suplicy, várias das medidas anunciadas pelo governo requerem fortalecimento das áreas de fiscalização da esfera pública, com vistas a reduzir fraudes e eliminar gastos decorrentes "da incapacidade do governo em detectar ilícitos que drenam os cofres públicos".

Sua dúvida é como o governo conseguirá compatibilizar essa necessidade de fiscalização com a extinção de 70 mil cargos efetivos vagos no Executivo. Ele também acha que não existe excesso generalizado de funcionários na administração federal direta. "Pode haver excessos localizados, mas não no todo", sustentou.



Dirigentes lojistas transmitiram ao presidente do Senado as apreensões do comércio com o pacote

Representantes do comércio prevêem queda de até 20% nas vendas de fim de ano, em comparação ao último Natal, em todo o país

Lojista pede por reformas rápidas e juros mais baixos

Urgência nas reformas constitucionais e nas iniciativas que possam resultar na redução das taxas de juros. Este foi o apelo feito ontem por dirigentes de câmaras de dirigentes lojistas de todo o país ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Eles estão preocupados com as restrições ao consumo impostas pelo pacote, que, conforme acreditam, fazem prever crise no comércio varejista e uma onda de desemprego no setor.

De acordo com Carlos Stupp, presidente da Confederação Nacional de Dirigentes

Lojistas (CNDL), o comércio varejista estima uma queda de vendas entre 15 e 20 por cento neste Natal, em comparação com igual período do ano passado.

Essa redução, ao lado das altas taxas de juros, da queda na atividade econômica e do "discurso público" contra o consumo, segundo esses empresários, poderá "levar a uma onda de desemprego e ao comprometimento de muitas empresas ao longo do primeiro semestre de 1998".

Antonio Carlos garantiu aos empresários do comércio que

o Congresso vem trabalhando com muito empenho para completar o processo de reformas constitucionais e a votação do conjunto de leis que deverão dar melhores condições ao país para retomar um processo de crescimento auto-sustentado e sem inflação.

O senador assegurou a disposição do Legislativo em concluir todas as reformas em pouco tempo. Os empresários pediram empenho no sentido de que a reforma tributária não seja esquecida nesse esforço deliberativo.

Machado lidera bancada do PSDB no apoio ao ajuste fiscal

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE), líder do partido, comunicou ao plenário que a bancada do PSDB, após reunião realizada ontem, "compreendendo o grave problema que o país atravessa, fruto de uma crise externa que afetou a quase todos os países do mundo, e a necessidade de medidas emergenciais, resolveu fechar questão no que diz respeito ao ajuste fiscal proposto pelo governo".

- Nós achamos que não devemos discutir esse ajuste nas suas partes. Achamos



Machado: apoio geral ao pacote

que no todo ele é fundamental para sinalizar a decisão do governo, no sentido de mostrar a disposição de enfrentar

a grave situação para proteger a moeda, a estabilidade econômica e impedir a volta da inflação, que tanto sacrifício exigiu do povo brasileiro - afirmou.

Segundo Sérgio Machado, a bancada do PSDB também compreendeu que é fundamental, neste momento, agilizar as reformas administrativa e previdenciária e, por isso, resolveu também fechar questão sobre esses dois pontos que o PSDB considera fundamentais, junto ao ajuste fiscal, "para o país atravessar esse quadro difícil".

Para presidente do Senado, mudanças não representariam sinal negativo a investidores externos, porque o Congresso se esforça para votar reformas administrativa e previdenciária

Classe média "sofrida" não deve pagar mais impostos, diz ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem ser importante que a população brasileira não tenha mais carga tributária. "sofretudo a classe média, que já é muito sofrida", através do aumento do Imposto de Renda proposto pelo presidente

Fernando Henrique Cardoso no conjunto de medidas para reduzir o déficit público.

O governo federal encontrará alternativas na medida em que deseje. Há uma consciência total no Congresso Nacional de que algo deve ser feito nesse sentido. Algumas medi-

das podem ser modificadas e isso não vai ser um mau sinal para os investidores externos, já que o Congresso está fazendo um esforço para votar as reformas administrativa e previdenciária - afirmou.

Em relação à resistência da equipe econômica em aceitar

alternativas ao aumento do Imposto de Renda, Antonio Carlos ponderou que "a equipe econômica manda lá, mas aqui mandamos nós". Segundo o presidente do Senado, os parlamentares vão agir pelo Brasil tanto ou mais do que a equipe econômica.



Ademar: preservar o patrimônio

Ademar vê exemplo em parcerias do governo do DF

O senador Ademar Andrade (PSB-PA) elogiou ontem a iniciativa do governo do Distrito Federal (GDF) de adotar, como alternativa à alienação do patrimônio, a parceria com a iniciativa privada por meio da terceirização de serviços, uma nova forma de o poder público se afastar da administração das empresas sem delas se desfazer.

Ademar citou, entre outros exemplos dessa parceria, a administração do Pavilhão de Feiras e Exposições, rebatizado de Brasília Expocenter, que foi transferida ao consórcio formado pelas federações das Indústrias e do Comércio do DF e Câmara de Dirigentes Lojistas.

Conforme o senador, desde fevereiro de 1997, quando assumiram o Expocenter, os novos administradores já investiram R\$ 860 mil em reformas das instalações e outros R\$ 390 mil serão aplicados em melhorias, até setembro do próximo ano, totalizando investimentos de R\$ 1,25 milhão.

O GDF fez um negócio excelente, pois, além de deixar de gastar R\$ 1,2 milhão anualmente, irá receber, no mínimo, R\$ 350 mil pela concessão do uso do local e cerca de R\$ 200 mil em impostos sobre serviços - disse.

Para o senador Ademar Andrade, "eficiência se consegue com medidas desse teor. Por isso, louvo o secretário de Turismo do DF, Rodrigo Rollemberg, por ter encontrado uma forma objetiva de preservar o patrimônio público".

Fundo de Terras vai a votação na quarta

O plenário do Senado decidiu adiar para a próxima quarta-feira, dia 19, a votação do projeto de lei de Esperidião Amin (PPB-SC) que cria o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, com a finalidade de desenvolver programas de assentamento rural e promover o reordenamento fundiário. O próprio autor do projeto pediu o adiamento, a fim de aguardar sugestões do governo para o aprimoramento da matéria.

Os senadores decidiram também adiar a votação dos projetos oriundos da Comissão Externa do *El Niño*, a fim de que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se manifeste antes sobre o assunto. São proposições que estabelecem as diretrizes nacionais da Defesa Civil e que definem a responsabilidade de prefeitos e vereadores cuja omissão concorra para o agravamento de desastres naturais.

Na mesma sessão, o Senado aprovou projetos de decreto legislativo renovando as concessões deferidas à Televisão Chapecó (SC), ao Sistema Clube de Comunicação Ltda. (Ribeirão Preto, SP), à Rádio Difusora Taubaté (SP) e à Rádio Ribeirão Preto (SP).

Alves é contra extinção da Fundação Nacional de Saúde

José Alves (PFL-SE) reagiu ontem à possibilidade de extinção da Fundação Nacional de Saúde, lembrando que nada resultou de positivo com o fim do Inamps. "Parece que só vai sobrar, de um lado, um edifício com o nome de Ministério da Saúde, dedicado a repassar algum recurso para estados e municípios, e de outro, a iniciativa privada", acrescentou.

Ele disse recear que a população fique à mercê das filas e corredores dos hospitais públicos e da ganância da medicina privada. Em sua opinião, apesar da criação da CPMF, a evolução dos investimentos federais com Saúde continua des-



Alves: povo à mercê da ganância

proporcional ao crescimento das necessidades e à contenção de enfermidades que o Brasil já deveria ter erradicado.

Alves previu que os recursos para a Saúde não aumentarão

em 1998, mesmo se a CPMF arrecadar R\$ 8 bilhões. Considerando que a dotação para o próximo ano será equivalente à deste, o senador afirmou que haverá uma perda real de mais de R\$ 2 bilhões, caso se considere a inflação do período.

Preocupado com a possibilidade de extinção da fundação, ele disse que, assim como aconteceu com o Inamps, isso representará novo encolhimento da estrutura pública de saúde no Brasil, com a experiência de não ter contribuído substancialmente para a solução dos problemas internos da administração e gestão do setor.

Maluf, como novo presidente do PPB, confirma apoio ao governo

Acompanhado do senador Gilberto Miranda (PFL-AM), o ex-prefeito de São Paulo e novo presidente do PPB, Paulo Maluf, visitou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Maluf classificou o encontro como uma visita de cortesia e confirmou que seu partido está definitivamente aliado ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Apesar dessa aliança, Maluf destacou que os parlamentares não devem aceitar sem discussão o pacote de medidas anunciadas pelo Executivo diante da crise



Maluf confirmou apoio do PPB ao governo na visita feita a ACM

mundial das bolsas de valores. No seu entender, o Legislativo sempre teve condições "para aprimorar as propostas e projetos apresentados pelo

governo ao Congresso". A exemplo de Antonio Carlos, Maluf também se manifestou contra o aumento de impostos para os cidadãos.

Jefferson admite que governo gastou com mais qualidade

O relator das contas do presidente da República relativas a 1996, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), acolheu parcialmente, ontem, sugestão do líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), e colocará em seu relatório a ponderação de que, nas contas daquele ano, "houve uma aparente melhoria na qualidade dos gastos do governo".

Para o líder do governo, o importante no relatório de Jefferson é que ele recomendou a aprovação das contas e avaliou que o Tribunal de Contas da União (TCU) errou nos números referentes à redução de gastos sociais. Na reavaliação desses números feita pelo relator, no entanto, Jefferson "mostrou que o governo teria diminuído investimentos em 96, comparativamente a 95", aspecto que motivou a ponderação de Arruda.

Jefferson, por sua vez, considerou que, à luz dos dados apresentados por Arruda em



Jefferson: reavaliação

carta dirigida a ele, reafirma dos ontem no plenário da Comissão Mista de Orçamentos Públicos e Fiscalização, "aparentemente" houve mais eficiência nos gastos públicos. Aparentemente, porque é preciso ir mais fundo na análise", disse.

Arruda parte do seguinte princípio geral: "Se os investimentos em determinado setor reduziram-se nominalmente, mas a redução foi obtida pela racionalização dos serviços e eliminação dos desperdícios e fraudes, o interesse público foi, evidentemente, preservado. Em vez de redução nas aplicações, houve otimização no uso dos recursos disponíveis".

Com base nesse princípio, José Roberto Arruda propôs-se a demonstrar que, ao contrário da "redução dos investimentos governamentais na área social", houve, de fato, "melhor aplicação dos recursos públicos", o que justificaria "referências elogiosas e não críticas à execução orçamentária de 1996".

Antônio Kandir, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

O encontro destinou-se tirar dúvidas sobre a tramitação do Orçamento após o pacote econômico. O Regimento do Congresso não permite que o governo retire ou altere a proposta orçamentária. Restaria, então, a hipótese de acordo, o que não seria viável no momento, conforme Suassuna.

- Se mexêssemos agora no Orçamento, não iríamos cumprir o cronograma - observou o senador, acrescentando ainda ter comunicado aos sub-relatores e aos líderes partidários o resultado da reunião com as autoridades econômicas.



O senador Ademir Andrade presidiu a reunião de ontem da Comissão de Assuntos Sociais do Senado

Proposta aprovada de Quintanilha visa discutir os aspectos moral, ético e científico das experiências de manipulação genética

Clonagem é tema de seminário da CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai promover um seminário sobre manipulações genéticas, conforme indicação de autoria de Leomar Quintanilha (PPB-TO), acolhida na reunião de ontem. Conforme o senador, o seminário deverá discutir desde o ponto de vista moral e ético aos aspectos científicos e tecnológicos relacionados à reprodução artificial de animais e plantas.

Preocupado com os avanços científicos, especialmente no que se refere à clonagem, Quintanilha propôs, em sua indicação, que o seminário tenha a participação de representantes dos Poderes Executivo e Judiciário, da comunidade científica brasileira e da sociedade civil.

O relator da proposta, Osmar Dias (PSDB-PR), observou, em seu parecer favorá-

vel, que "há indicações concretas sobre a existência, também no Brasil, de instituições de pesquisa que detêm condições para a clonagem de animais superiores e estão trabalhando em projetos nessa direção".

Osmar Dias destacou, porém, a contribuição da manipulação genética para o aprimoramento de vegetais como a soja e sobretudo o algodão transgênico, resistente à praga do "bicudo", que, acrescentou, estava ameaçando essa cultura no Brasil.

Ao concordar com a proposta, Romeu Tuma (PFL-SP) ressaltou que considera oportuna a busca de uma independência brasileira na produção de alimentos através da manipulação genética. E manifestou sua apreensão diante de informações da imprensa, de que vários países es-

trangeiros têm se valido da biodiversidade brasileira para produzir remédios e comercializá-los, "inclusive para nós".

Para Otoniel Machado (PMDB-GO), as manipulações genéticas têm de ser feitas com todo cuidado. A imprensa explora muito os aspectos positivos das experiências, mantendo "uma discricção ariscada no que se refere ao que há de negativo", denunciou.

Nesse sentido, Otoniel lembrou que, logo após a Segunda Guerra, a talidomida servia para curar vários problemas de saúde, mas posteriormente veio a se descobrir que se tratava de uma substância nociva, capaz de provocar modificações genéticas nos fetos humanos.

Votação da lei orçamentária não sofrerá interrupção

A votação da proposta de lei orçamentária para 1998 não será interrompida. Como o Orçamento não poderá ser modificado pelo governo e nem retirado do Congresso, e como ele é apenas autorizativo, será votado normalmente. Após a aprovação do Orçamento, o governo fará então as adaptações que julgar necessárias e o Congresso se manifestará, "caso haja essa possibilidade".

Essas informações foram prestadas pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento, Ney Suassuna (PMDB-PB), em relato à comissão sobre encontro que manteve na terça-feira com o ministro do Planejamento,

Comissões examinam garantia a consórcio

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), decidiu ontem, a requerimento do senador Nabor Júnior (PMDB-AC), enviar à apreciação das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) projeto de lei complementar

que institui um Fundo Garantidor de Créditos Consorciados. A proposição é de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT).

O fundo proposto se destina a prestar garantia de crédito de consorciados contra administradoras destes serviços, nas hipóteses de intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou estado de insolvên-

cia das mesmas.

Nabor argumentou que, como se trata de matéria " eminentemente econômica", a apreciação do mérito não cabe à CAS. Também observou que, pelo fato de não ser terminativa a tramitação do projeto, a comissão não pode analisar os aspectos de constitucionalidade e juridicidade.

Senador apela à Câmara para que examine logo projetos que estabelecem penas ao delito, já que a legislação atual é falha

Francelino Pereira tem pressa no combate à lavagem de dinheiro

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) pediu ontem à Câmara dos Deputados que conceda maior rapidez à tramitação dos projetos que estabelecem penas para os crimes de lavagem de dinheiro, já que o país não dispõe de uma legislação rigorosa sobre o assunto. Ele considera o combate a esse delito indispensável à estabilização da vida econômica brasileira.

- Se a autoridade monetária é informada de que um *laranja* realiza operações ilegais de câmbio em algum ponto da fronteira, a única providência que pode ser tomada é determinar ao banco o encerramento da conta. Nem mesmo uma medida mais punitiva ao gerente ou ao funcionário que aceitou fazer a operação pode ser tomada - observou.

Conforme explicou, existem duas proposições que tratam da matéria tramitan-



Francelino: não há como punir hoje a lavagem de dinheiro

do em conjunto na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, uma delas de iniciativa do Executivo. Essa, a seu ver, é mais abrangente na conceituação e mais rigorosa nas penas.

O projeto do Executivo, segundo relatou, considera crime ocultar ou dissimular a origem, a movimentação ou a propriedade de bens, direitos ou valores provenientes direta ou indiretamente de crime de tráfico de drogas, de terrorismo, de contrabando ou tráfico de armas, de extorsão

mediante seqüestro, ou ainda de crime contra a administração pública. A pena proposta é de três a 10 anos de reclusão, além de multas.

Francelino Pereira, depois de lembrar que o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, ao tomar posse, considerou a lavagem de dinheiro um dos principais desafios da sua função, destacou a recomendação de combate mundial desse tipo de crime feito pelo congresso da Interpol realizado recentemente em Nova Délí.

Suassuna: pacote deixa seca nordestina no esquecimento

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem que o Nordeste está enfrentando mais uma seca, mas "ninguém toma conhecimento ou providências para amenizar seus efeitos", porque o governo só se preocupa com o pacote de medidas de ajuste fiscal.

Ele disse que, na região do Brejo Paraibano, há meses que muita gente não sabe o que é tomar banho. "O Brejo, como o próprio nome diz, sempre foi a área com mais água, mas agora está seca. Com isso, é possível imaginar o que está acontecendo

com o resto do Nordeste, onde vivem mais de 30% dos brasileiros", assinalou.

- Este é um país até engraçado! A cada seca mais prolongada no Nordeste, gasta-se até R\$ 1 bilhão para amenizar seus efeitos. Mas bastariam R\$ 2 bilhões para transportar as águas do rio São Francisco, levando água a 16 milhões de pessoas - observou o senador pela Paraíba.

Em aparte, o senador José Alves (PFL-SE) lembrou que o governo decidiu cortar exatamente metade dos incentivos concedidos dentro do Finor, num momento em que o Nor-



Suassuna: sertão não virou mar

deste mais uma vez enfrenta uma seca. "É uma insensibilidade do governo. Nunca é demais lembrar que o Nordeste só recebe 9% dos incentivos fiscais dados no país, enquanto 60% se direcionam ao Centro-Sul. Mas as pessoas acham que é só o Nordeste que recebe incentivos", disse Alves.

Inmet traz ao Senado mostra sobre meteorologia

Qual o processo e os instrumentos utilizados para a análise e previsão do tempo? Essa pergunta pode ser respondida com uma visita à exposição do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) no Senado, destinada a comemorar os seus 88 anos de fundação. Dois computadores estão à disposição dos visitantes, que podem, através de gráficos coloridos e legendas, verificar a previsão do tempo nas 144 microrregiões do Brasil, ou ainda acompanhar as consequências do fenômeno *El Niño*.

A mostra tem por objetivo divulgar o trabalho do órgão quanto aos estudos das variações climáticas e dos fenômenos meteorológicos em

todo o Brasil. As previsões climáticas são feitas com até cinco dias de antecedência e essas informações são divulgadas através de avisos meteorológicos e alertas especiais que detectam, inclusive, as irregularidades no clima para cada estação do ano, o que é de fundamental importância para o setor agrícola.

O instituto promove ainda a monitorização de queimadas, desmatamentos, poluição ambiental e índices de desertificação. A exposição ficará aberta até amanhã, no final do corredor que liga o Anexo I ao Edifício Principal do Senado.

TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) sobre o plano econômico lançado pelo governo federal (inédito)
- 7h30 - "Jornal Amazônia" (reapresentação)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - Debate com o deputado federal Delfim Netto (PPB-SP) sobre os ajustes econômicos em votação no Congresso e os propostos pelo governo (inédito)
- 9h30 - Entrevista com o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) sobre o plano econômico lançado pelo governo federal (reapresentação)
- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos - discute projeto de lei que dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações (vivo)
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- Logo após - Comissão de Assuntos Sociais - audiência pública sobre a regulamentação dos planos de saúde (pré-gravada pela manhã)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 1h - Debate com o deputado federal Delfim Netto (PPB-SP) sobre os ajustes econômicos em votação no Congresso e os propostos pelo governo (reapresentação)
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Comissão Temporária destinada a examinar o PLC n° 118/84, que institui o Código Civil
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

Repases feitos pelo Fundo Nacional de Assistência Social, até hoje sem qualquer controle sobre sua aplicação, terão prestação de contas, segundo o projeto que volta à Câmara

Dinheiro da Saúde terá mais controle

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto da Câmara dos Deputados que obriga os beneficiários do Fundo Nacional de Assistência Social a prestar contas da aplicação dos recursos que lhes forem destinados.

A proposição, relatada favoravelmente pelo senador Beni Veras (PSDB-CE), determina que as contas sejam enviadas diretamente ao Tribunal de Contas do estado ou do Distrito Federal, no caso dos entes federados, e à Câmara Municipal, que contará com o auxílio daqueles tribunais ou conselhos municipais.

O Fundo Nacional de Assistência Social foi criado pela Lei 8.742/93, com a finalidade de destinar recursos à assistência social dos estados, Distrito Federal e municípios, estabelecendo conselhos próprios de composição paritária entre governo e entidades civis, além



Cabral dirige os trabalhos na reunião em que foi aprovada a prestação de contas do Fundo de Assistência Social

de planos de assistência social, sem que, no entanto, fosse criada a obrigatoriedade da prestação de contas dos recursos depois de aplicados.

O projeto vincula a aplicação dos recursos repassados às prioridades estabelecidas previamente pelos conselhos nos planos de assistência so-

cial. O projeto agora irá ao plenário.

VENDA DE FUNCIONAIS

O presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), concedeu vista a projeto de lei de autoria do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que permite a venda de imóveis da União

administrados pelas Forças Armadas - desde que localizados fora de áreas militares - preferencialmente aos servidores militares da ativa, da reserva ou reformados, bem como aos pensionistas que neles residam. O pedido foi formulado pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES).

CCJ mantém juiz acompanhando processo

A CCJ também aprovou substitutivo do senador Esperidião Amin (PPB-SC) a projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que pretende, entre outras modificações do Código de Processo Penal, transferir para o Ministério Público o acompanhamento do inquérito policial, tarefa hoje atribuída aos juízes de direito. O projeto será submetido a turno suplementar.

Esperidião Amin considerou que a modificação proposta redundaria "não apenas em mudar de endereço a carga de trabalho, transferindo-a de um órgão já sobrecarregado para outro igualmente asoerbadado de trabalho, como também poderia redundar em um indevido con-



Amin é o autor do substitutivo

de controle do Ministério Público sobre os órgãos policiais".

Assim, o senador acatou emendas que preservam a situação atual, esclarecendo que o substitutivo introduz pequenas alterações de redação no texto legal vigente, embora "não se apresentem

inovações de fôlego".

FACTORING

A pedido do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a CCJ concedeu vista a projeto de lei do senador José Fogaça (PMDB-RS) que dispõe sobre as operações de fomento mercantil, o *factoring*. A proposição tem parecer favorável do senador Esperidião Amin, na forma de substitutivo.

Em seu relatório, Amin destaca a necessidade de se regulamentar a matéria, abrindo o caminho para a consolidação do *factoring* e afastando os maus profissionais.

"Ressalte-se o papel relevante das empresas de fomento mercantil para as pe-

quenas e microempresas, geralmente com capital de giro escasso, não dispoem sequer de lastro suficiente, na garantia de situação cadastral privilegiada e necessária para operações de crédito com bancos", disse.

JOGOS DE AZAR

O presidente da comissão lembrou a realização, na próxima terça-feira, da audiência pública programada para estudar o projeto da Câmara que dispõe sobre a legalização dos jogos de azar. Estarão presentes ao debate os ministros da Justiça, do Trabalho, da Indústria, do Comércio e do Turismo, além do empresário Ciro Batelli.

Tribunal Marítimo tem nova lei na comissão

Também o parecer do senador José Bianco (PFL-RO) favorável a projeto de lei da Câmara que altera a lei sobre o Tribunal Marítimo, vinculado ao Ministério da Marinha, foi aprovado na reunião de ontem da CCJ. Pela proposta, as decisões do tribunal quanto à matéria técnica referente aos acidentes e fatos da navegação têm valor probatório e se presumem certas, sendo porém suscetíveis de reexame pelo Poder Judiciário. O projeto amplia o elenco de situações e de agentes que legitimam o exercício da jurisdição atribuída ao Tribunal Marítimo, equipara à embarcação mercante os navios de estados utilizados para fins comerciais e inclui entre o pessoal que integra a Marinha Mercante os "mergulhadores" e os "amadores".

Na exposição de motivos, o Poder Executivo informa que o projeto objetiva "corrigir distorções com as quais se depara o Tribunal Marítimo, principalmente quando se faz necessário estabelecer sua jurisdição e competência, em situações não contempladas pela atual lei, decorrentes da constante evolução tecnológica naval".

Ainda de acordo com a exposição de motivos, outro fator que determinou a elaboração do projeto foi a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar - da qual o Brasil é signatário -, que deu nova definição ao conceito de mar territorial e instituiu a Zona Econômica Exclusiva do Estado Costeiro.